EMMANUEL GARCIA ABRANTES

A realização da renda da pessoa jurídica:

novas impressões sobre o conceito de aquisição da disponibilidade econômica
ou jurídica da renda

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Dr. Gerd Willi Rothmann

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2020

EMMANUEL GARCIA ABRANTES

A realização da renda da pessoa jurídica:

novas impressões sobre o conceito de aquisição da disponibilidade econômica
ou jurídica da renda

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Econômico, Financeiro e Tributário, sob a orientação do Professor Dr. Gerd Willi Rothmann.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2020

Autorizo a reprodução e divulgação parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

ABRANTES, Emmanuel Garcia.

A realização da renda da pessoa jurídica: novas impressões sobre o conceito de aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica da renda / Emmanuel Garcia Abrantes – 2020.

Orientador: Gerd Willi Rothmann.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Direito – Direito Econômico, Financeiro e Tributário) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Direito Tributário. 2. Imposto de Renda. 3. Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. 4. Realização da renda. 5. Aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica da renda. 6. Inter-relação entre contabilidade e Direito Tributário.

Nome: Emmanuel Garcia Abrantes

Título: A realização da renda da pessoa jurídica

Subtítulo: Novas impressões sobre o conceito de aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica da renda

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Econômico, Financeiro e Tributário, sob a orientação do Professor Dr. Gerd Willi Rothmann.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gerd Willi Rothmann
(Orientador)

Instituição: FDUSP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

*À Nara, por trazer cor para a minha vida
e me inspirar a ser melhor.*

Aos meus pais, por tudo que fizeram por mim.

AGRADECIMENTOS

A Gerd Willi Rothman, por me abrir as portas desta faculdade e permitir que eu desse os primeiros passos em busca deste grande sonho.

A Luís Eduardo Schoueri, pela inspiração e desafio contínuo nas disciplinas cursadas ao longo do programa de mestrado.

A Victor Borges Polizelli, pela produção da obra que inspirou esse trabalho e pelas valiosas discussões sobre o tema.

Aos amigos Márcio Pedrosa Junior, Ramon Tomazela Santos e Bárbara Melo Carneiro, pelas críticas e auxílio na revisão do texto.

Agradeço também aos colegas de trabalho e de mestrado, que caminharam junto comigo nestes últimos anos.

Em especial, agradeço à Nara, pela compreensão na ausência e pelo companheirismo nos vários dias e noites dedicados a esse trabalho, e aos meus pais, Doralice e José (em memória), pelo amor e dedicação na minha criação.

RESUMO

ABRANTES, Emmanuel Garcia. **A realização da renda da pessoa jurídica:** novas impressões sobre o conceito de aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica da renda. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

A realização da renda já foi objeto de estudo de diversos autores, que destacaram seu conteúdo como componente indissociável da hipótese de incidência do Imposto de Renda, sendo responsável por fazer a conexão entre a materialidade (núcleo da hipótese) e o seu aspecto temporal. A noção de realização como requisito para a tributação da renda foi construída pela doutrina clássica com base em uma visão essencialmente transacional do Imposto de Renda. Neste sentido, boa parte dos estudos sobre o tema se desenvolveram sob a premissa de que deve haver uma relação de troca no mercado para que se concretize a realização da renda. Todavia, alguns novos estudos têm desafiado esse paradigma, propondo que, para a incidência do Imposto de Renda, seria necessário apenas que o recebimento efetivo da renda dependa exclusivamente da vontade do seu beneficiário, não sendo necessariamente exigida a existência de uma transação no mercado para que se configure a sua realização (disponibilidade). Toda essa discussão está inserida em um contexto atual de alteração no paradigma contábil de reconhecimento de receitas e avaliação de ativos e passivos, que passou de uma visão baseada no conservadorismo, para uma muito mais voltada ao registro prospectivo da realidade econômica das entidades, que tem como seu maior representante, a mensuração a valor justo. Neste sentido, o presente trabalho tem por objetivo sistematizar o conhecimento atual sobre a realização da renda da pessoa jurídica, mediante uma revisão bibliográfica das obras clássicas e da doutrina atual, bem como criticar as posições identificadas, formando, com base nelas, nossa própria convicção sobre o conteúdo da realização da renda e a sua interação com o ambiente atual de inter-relação entre contabilidade e Direito Tributário.

Palavras-chave: Direito Tributário. Imposto de Renda. Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. Realização da renda. Aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica da renda. Inter-relação entre contabilidade e Direito Tributário.

ABSTRACT

ABRANTES, Emmanuel Garcia. **The realization of corporate income**: new impressions on the concept of the acquisition of economic or legal availability of income. Dissertation (Master's Degree). Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

The realization of income has been the object of study by several authors who highlighted its content as an inseparable component of the Income Tax incidence hypothesis, being responsible for making the connection between the materiality (core of the hypothesis) and its temporal aspect. The notion of realization as a requirement for income taxation was constructed by the classical doctrine based on an essentially transactional view of the scope of Income Tax. In this sense, most studies on the subject were developed under the premise that there must be an exchange relationship in the market for the realization of income. However, some new studies have challenged this paradigm, proposing that, for the incidence of Income Tax, it would only be necessary that the actual receipt of income depends exclusively on the will of its beneficiary, not necessarily requiring the existence of a transaction in the market to characterize the realization (availability) of income. All this discussion is inserted in a current context of change in the accounting paradigm of revenue recognition and valuation of assets and liabilities, which moved from a view based on conservatism, to one much more focused on the prospective record of the economic reality of the entities, which has as its largest representative, the fair value measurement. In this sense, the present work aims to systematize the current knowledge about the realization of corporate income, through a bibliographic review of the classic works and current doctrine, as well as to criticize the positions identified, forming, based on them, our own conviction about the content of income realization and its interaction with the current environment of interrelationship between accounting and tax law.

Key-words: Tax Law. Income Tax; Corporate Income Tax. Realization of income. Acquisition of economic or legal availability of income. Interrelation between accounting and Tax Law.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Bases de mensuração	36
Figura 2 - Vinculação entre a fonte causadora da renda e os elementos caracterizadores das modalidades de disponibilidade	156

SIGLAS E ABREVIATURAS

CCCTB	Common Consolidated Corporate Tax Base
CF	Constituição Federal
CFC	Comitê Federal de Contabilidade
Cofins	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
Cosit	Coordenação-Geral de Tributação
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CTN	Código Tributário Nacional
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DDL	Distribuição Disfarçada de Lucros
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IASC	<i>International Accounting Standards Committee</i>
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICPC	Interpretação Técnica CPC
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Propriedades de Veículos Automotores
Lalur	Livro de Apuração do Lucro Real
Modelo SHS	Modelo de Schanz, Haig e Simons
RFB	Receita Federal do Brasil
RTT	Regime Tributário de Transição
STF	Supremo Tribunal Federal
US GAAP	<i>United States Generally Accepted Accounting Principles</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 A TRIBUTAÇÃO DA RENDA E A RELAÇÃO ENTRE O SURGIMENTO DO PRINCÍPIO DA REALIZAÇÃO NA CONTABILIDADE E NO DIREITO TRIBUTÁRIO.....	17
1.1 O CONCEITO TEÓRICO DE RENDA E AS SUAS BASES ECONÔMICAS.....	17
1.2 O SURGIMENTO DO PRINCÍPIO DA REALIZAÇÃO NA CONTABILIDADE.....	23
1.2.1 O princípio da realização como corolário do conservadorismo contábil	23
1.2.2 A relativização do conservadorismo contábil	27
1.2.3 <i>True and fair view</i> , essência sobre a forma e valor justo	32
1.3 A HISTÓRICA RELAÇÃO ENTRE CONTABILIDADE E TRIBUTAÇÃO	45
1.4 A REALIZAÇÃO COMO CRITÉRIO PARA DEFINIÇÃO DO MOMENTO ADEQUADO PARA A TRIBUTAÇÃO DA RENDA.....	53
1.4.1 As diferentes visões sobre a realização na perspectiva fiscal.....	53
1.4.2 Tributação baseada na realização (<i>realization based system</i>) x tributação baseada no acréscimo de valor (<i>accrual based system</i>)	56
1.4.3 A realização da renda no direito comparado	65
1.4.3.1 Alemanha.....	65
1.4.3.2 Estados Unidos	67
1.4.3.3 Reino Unido, Austrália, Canadá e Itália	69
1.5 SÍNTESE CONCLUSIVA DO CAPÍTULO.....	70
2 O IMPOSTO DE RENDA NO BRASIL: PREMISSAS E FUNDAMENTOS PARA A ANÁLISE DA REALIZAÇÃO DA RENDA	72
2.1 DELIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS À TRIBUTAÇÃO DA RENDA	72
2.1.1 O Imposto de Renda na Constituição: algumas premissas	72
2.1.2 Vetores constitucionais da realização da renda: a identificação do princípio da realização	80
2.1.2.1 Capacidade contributiva como fonte primária do princípio da realização da renda..	80
2.1.2.2 Vetores ampliativos da realização: universalidade e generalidade.....	90
2.1.2.3 Vetores restritivos da realização: segurança jurídica e praticabilidade.....	92
2.1.3 O conteúdo geral do princípio da realização da renda: mensurabilidade, liquidez e certeza	96

2.2	O IMPOSTO DE RENDA NO CTN.....	102
2.2.1	O conceito de “renda e proventos de qualquer natureza” à luz dos incisos I e II do artigo 43 do CTN: intersecção entre os modelos de “renda-produto” e “renda acréscimo patrimonial”	104
2.2.2	A noção de “acrécimo patrimonial” e o conceito de patrimônio para fins do Imposto de Renda	108
2.3	SÍNTESE CONCLUSIVA DO CAPÍTULO.....	119
3	UMA LEITURA SISTEMÁTICA DO CONCEITO DE AQUISIÇÃO DA DISPONIBILIDADE ECONÔMICA OU JURÍDICA DA RENDA.....	122
3.1	AQUISIÇÃO DE DISPONIBILIDADE COMO CRITÉRIO GERAL DE EFETIVAÇÃO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA NO IMPOSTO DE RENDA ...	122
3.2	AS DIFERENTES VISÕES SOBRE A DISPONIBILIDADE DA RENDA: NOVAS PERSPECTIVAS	132
3.2.1	Corrente unitária	132
3.2.2	Corrente dicotômica “moderada”	133
3.2.3	Corrente dicotômica	134
3.2.3.1	Grupo 1: aquisição efetiva/posse (disponibilidade econômica) ou presumida de renda/propriedade (disponibilidade jurídica)	134
3.2.3.2	Grupo 2: regime de caixa/separação (disponibilidade econômica) ou regime de competência/realização (disponibilidade jurídica)	137
3.2.3.3	Grupo 3: situações de fato/ilícitos (disponibilidade econômica) ou de direito/lícitos (disponibilidade jurídica)	139
3.2.3.4	Grupo 4: poder decisório sobre a aquisição da renda (disponibilidade econômica) ou efetivo exercício da aquisição da renda (disponibilidade jurídica).....	141
3.2.4	A posição de Rubens Gomes de Sousa	142
3.3	A AQUISIÇÃO DA DISPONIBILIDADE ECONÔMICA OU JURÍDICA DA RENDA: CONTEÚDO ESPECIAL DO PRINCÍPIO DA REALIZAÇÃO DA RENDA	146
3.3.1	Análise crítica das correntes doutrinárias que definem a “disponibilidade da renda”	146
3.3.2	O conteúdo especial do princípio da realização: uma proposta de interpretação sistemática da expressão “aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica”	154
3.4	CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO: DISPONIBILIDADE ECONÔMICA OU JURÍDICA COMO PARÂMETRO.....	160

3.4.1	Realização em relações jurídicas transacionais: cumprimento da obrigação como critério	161
3.4.1.1	Os casos de redução ou extinção gratuita da obrigação	168
3.4.2	A realização para além das relações jurídicas transacionais: ilícitos, valor justo e outras hipóteses	169
3.4.3	Realização por captura: presunção de aquisição de disponibilidade econômica e alteração de regime	181
3.5	SÍNTESE CONCLUSIVA DO CAPÍTULO	185
	CONCLUSÃO	187
	BIBLIOGRAFIA	192

INTRODUÇÃO

O Imposto de Renda¹ foi o objeto de estudo predileto de grandes tributaristas brasileiros. O próprio conceito de renda e elementos como a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica da renda são temas amplamente explorados pela doutrina. Não obstante, como resultado da contínua inovação dos sistemas econômico e contábil, são frequentes as retomadas a esses assuntos.

Sobretudo no que se refere à aquisição da disponibilidade da renda, equivalente ao que se denomina como realização da renda, há uma especial tensão em função da forma como certas situações vêm sendo reconhecidas pela contabilidade no lucro líquido das entidades.

A noção de realização como requisito para a tributação da renda foi construída pela doutrina clássica com base em uma visão essencialmente transacional do Imposto de Renda. Neste sentido, a posição dominante assume que a renda seria considerada realizada, e, portanto, apta a ser tributada, geralmente quando cristalizada por meio de uma transação no mercado, que resulte no recebimento de moeda ou equivalente (“regime de caixa”) ou de um direito ao recebimento de moeda ou equivalente (“regime de competência”).

Os fundamentos para tal posição são vários e decorrem essencialmente da interpretação que é dada aos conceitos de renda e realização, aliada a aspectos relacionados à falta de liquidez e imprecisão na mensuração dos ganhos não originados de uma troca no mercado, a exemplo das valorizações de ativos, por vezes consideradas pela doutrina como um “ganho meramente potencial”² ou um “*phantom income*”³.

Todavia, novos trabalhos têm, em certa extensão, relativizado essa posição, *vide* os estudos de Roberto Salles Lopes⁴ Renato Nunes⁵ Eduardo Alves de Oliveira⁶, Vinicius

¹ Apesar de o Código Tributário Nacional se referir ao imposto em sua Seção IV como “Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza”, adotamos neste trabalho a nomenclatura “Imposto de Renda”, em singela homenagem a Ricardo Mariz de Oliveira, que assim se refere a ele em seu clássico “Fundamentos do Imposto de Renda”, devidamente multicitado em nosso estudo (OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. **Fundamentos do Imposto de Renda**. São Paulo: Quartier Latin, 2008, p. 33).

² OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. Depurações do lucro contábil para determinação do lucro tributável. In: LOPES, Alexsandro Broedel; MOSQUERA, Roberto Quiroga (coords.). **Controvérsias jurídico-contábeis (aproximações e distanciamentos)**. v. 5. São Paulo: Dialética, 2014, p. 365.

³ AVI-YONAH, Reuven S.; CHENCHINSKI, Amir C. The Case for Dividend Deduction: **Tax Law**. v. 65, n. 1. Ann Arbor: University of Michigan Law School, 2011, p. 8.

⁴ LOPES, Roberto Salles. **Conceito de renda para fins tributários e IFRS**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 138-140.

⁵ NUNES, Renato. **Tributação e contabilidade**: alguns apontamentos sobre as relações entre os sistemas jurídico e contábil. São Paulo: Almedina, 2013, p. 270-274.

⁶ OLIVEIRA, Eduardo Alves de. **Disponibilidade econômica do fair value**. Coleção Academia-Empresa 26. São Paulo: Quartier Latin, 2018, p. 225.

Feliciano Tersi⁷ e João Victor Guedes Santos⁸, nos quais se verificou um conceito mais abrangente de disponibilidade e realização da renda, especialmente quando se está diante de ativos de alta liquidez e fácil mensuração.

Realmente, a discussão referente ao conteúdo da realização da renda parece ter ganhado novo fôlego com a adoção do padrão contábil internacional pela Lei nº 11.638/2007, que introduziu a sistemática de avaliação a valor justo, e, mais recentemente, com a extinção do Regime Tributário de Transição pela Lei nº 12.973/2014.

Os possíveis efeitos tributários dos novos métodos de reconhecimento de receitas e avaliação de ativos e passivos, a exemplo do valor justo, vêm motivando inúmeros debates entre advogados e contadores e têm ganhado destaque na doutrina, trazendo à tona importantes discussões a respeito de disponibilidade e realização da renda.

Ocorre que, a maioria dos estudos sobre o tema no país tem se desenvolvido de forma específica, analisando situações pontuais de complexidades envolvendo a realização da renda. O último trabalho monográfico que tratou especificamente do tema “realização da renda” de que temos notícia foi o produzido por Victor Borges Polizelli, como dissertação apresentada nesta faculdade⁹, e depois publicado pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário¹⁰.

Por tudo isso, esse nos parece ser o momento ideal para revisitar o tema mediante um levantamento bibliográfico que reúna tanto as posições dos autores clássicos, quanto das novas publicações que trataram da matéria, de modo a indicar o “estado da arte” do tema.

Ademais, por concentrar o maior nível de complexidade, delimitamos a realização da renda da pessoa jurídica como objeto do nosso estudo, tratando eventuais reflexos das discussões no nível das pessoas físicas apenas de forma residual.

Assim, o objetivo imediato do presente trabalho é sistematizar o conhecimento atual sobre a realização da renda da pessoa jurídica (i.e. sobre a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica para fins de tributação da renda da pessoa jurídica), mediante uma revisão bibliográfica das obras clássicas e da doutrina atual.

⁷ TERSI, Vinicius Feliciano. **A fixação da base de cálculo do IRPJ e da CSL a partir do padrão IFRS**. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de São Paulo – USP. 2016, p. 110-111.

⁸ SANTOS, João Victor Guedes. **Teoria da tributação e tributação da renda nos mercados financeiro e de capitais**. Série Doutrina Tributária. v. VIII. São Paulo: Quartier Latin, 2013, p. 206.

⁹ POLIZELLI, Victor Borges. **O princípio da realização da renda e sua aplicação no imposto de renda das pessoas jurídicas**. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de São Paulo – USP. 2009.

¹⁰ POLIZELLI, Victor Borges. **O princípio da realização da renda: reconhecimento de receitas e despesas para fins do IRPJ**. Série Doutrina Tributária. v. VII. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

Adicionalmente, atrevemo-nos a criticar as posições identificadas, formando, com base nelas, nossa própria convicção sobre o conteúdo da realização da renda e a sua interação com o ambiente atual de inter-relação entre contabilidade e Direito Tributário, sem compromissos com uma conclusão prévia, mas com o rigor científico de testar as diferentes teorias catalogadas, com as premissas que foram desenvolvidas ao longo do trabalho.

No primeiro capítulo, intitulado “A tributação da renda e a relação entre o surgimento do princípio da realização na contabilidade e no Direito Tributário”, buscou-se compreender como se deu o surgimento do princípio da realização nas duas ciências (contabilidade e Direito Tributário) e como eles se relacionam.

Como será visto, a realização surgiu na contabilidade como corolário do conservadorismo, que acabou sendo relativizado ao longo dos anos em prol de um registro mais prospectivo da realidade econômica. Teria a realização o mesmo destino sob o ponto de vista tributário?

A realização já foi referida como o “calcanhar de Aquiles” dos sistemas de tributação da renda, em função de uma alegada incerteza e complexidade que atribuiria à lei tributária¹¹. Neste sentido, a doutrina internacional há muito tempo discute os méritos e problemas de se tributar a renda apenas na realização (em seu sentido clássico, atrelado à realização de uma transação no mercado) ou conforme a variação no valor de mercado dos ativos e passivos (marcada a mercado – *mark-to-market*). Assim, neste primeiro capítulo, também foi analisado como a realização se desenvolveu como critério para definição do momento adequado para a tributação da renda.

Foi feito, por fim, um breve exame de direito comparado buscando identificar como os diferentes países têm tratado a realização como critério para definição do momento da tributação da renda, de modo a buscar parâmetros para a análise sob o ponto de vista brasileiro.

No segundo capítulo, “O Imposto de Renda no Brasil: premissas e fundamentos para a análise da realização da renda”, o presente trabalho presta-se à análise das delimitações constitucionais à tributação da renda e do Imposto de Renda no Código Tributário Nacional (“CTN”). O objetivo aqui não é se aprofundar em discussões estranhas à análise da realização da renda, mas estabelecer algumas premissas fundamentais para a compreensão

¹¹ ANDREWS, William D. The Achilles’ Heel of the Comprehensive Income Tax. In: WALKER, Charles E.; BLOOMFIELD, Mark A. (coords.). **New Directions in Federal Tax Policy for the 1980s**. American Council for Capital Formation: Center for Policy Research, 1983, p. 278.

do conteúdo da realização como conceito equivalente à aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica da renda.

Neste contexto, conquanto abordados em certas partes do texto, não fazem parte do objeto do nosso estudo, dentre outros temas: a diferenciação entre princípios e regras ou entre tipos e conceitos, a mecânica de discriminação de competências tributárias, a definição sobre a existência de um conceito de renda na Constituição ou CTN, a teoria da consideração econômica. Assim, as referências e análises desses e outros temas acessórios à realização foram feitas exclusivamente como forma de clarificar as premissas sobre as quais se desenvolveu o trabalho, sem qualquer pretensão de esgotar ou opinar sobre o assunto.

O terceiro e último capítulo (“Uma leitura sistemática do conceito de aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica da renda”) foca no objeto central do trabalho, que é, com base nas premissas estabelecidas nos primeiros dois capítulos, definir o escopo da realização da renda da pessoa jurídica sob a perspectiva do conceito da aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica da renda.

Neste capítulo, foi feita uma profunda análise do requisito de aquisição de disponibilidade (conforme estabelece o artigo 43 do CTN), como critério geral de efetivação da capacidade contributiva no Imposto de Renda, o qual exige que a renda tributável seja sempre uma renda disponível, da qual se possa extrair a riqueza para pagar o tributo.

O conceito de disponibilidade econômica ou jurídica da renda é tema de vasta doutrina nacional. Foram produzidos diversos estudos que buscaram sistematizar as principais correntes teóricas sobre a significação da expressão “disponibilidade econômica ou jurídica” contida no artigo 43 do CTN. Neste sentido, foi feita uma análise das diferentes posições doutrinárias que se formaram ao longo dos anos e também das posições mais recentes que representam, em certa medida, um rompimento com algumas das correntes clássicas.

Posteriormente, com base no exame das diferentes correntes doutrinárias sobre o tema e nas premissas que foram sendo construídas ao longo do trabalho, buscou-se apresentar uma proposta de interpretação sistemática da expressão “aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica” da renda, o que classificamos como “conteúdo especial do princípio da realização da renda”.

Para finalizar, no último tópico do presente trabalho, foram examinados certos critérios específicos de realização, de modo a testar como a formulação teórica do conteúdo da realização da renda, desenvolvida ao longo deste estudo, pode contribuir para a solução de certos casos fáticos.

CONCLUSÃO

À vista de tudo quanto foi exposto, apresentamos a seguir, em parágrafos numerados, as principais conclusões construídas ao longo do presente trabalho:

1. O que se entende por renda, assim como sobre os critérios que informam a sua disponibilidade ou realização pode variar conforme o contexto e propósito aos quais são empregados.
2. Na ótica do conservadorismo, a realização contábil sempre esteve umbilicalmente ligada à efetiva conversão de direitos em dinheiro. Todavia, esse paradigma, juntamente com a forte influência do conservadorismo na contabilidade, acabou sendo alterado e não mais subsiste nas normais contábeis atuais.
3. O abandono do foco tradicional no conservadorismo como uma característica essencial das demonstrações financeiras abriu espaço para uma noção contábil diferente de renda, na qual receitas que não se enquadrariam no conceito clássico de realização são normalmente reconhecidas na demonstração de resultados como parte integrante do desempenho financeiro da empresa, o que tem gerado desafios especiais nos mais diversos ramos do Direito que se utilizam do resultado contábil como ponto de partida para suas próprias aplicações, em especial no Direito Tributário.
4. No âmbito brasileiro, subsiste, no atual regime da Lei nº 12.973/2014, um modelo de dependência parcial entre o lucro contábil e o fiscal, utilizado para a apuração do Imposto de Renda. Neste ambiente, cada elemento ou situação deve ser analisado à vista do seu tratamento específico na contabilidade e de como a lei o regulou. E não poderia ser de outra forma. O lucro de balanço, é uma realidade meramente contábil e abstrata, informado pelos princípios e regras próprias da contabilidade, que em muitos casos são diferentes dos que guiam a formação da base de cálculo do Imposto de Renda.
5. A realização é o elemento chave de integração e fator causador de grande parte das tensões entre os regimes contábil e fiscal. Há muito tempo se debate sobre a natureza jurídica da realização, que, por vezes, pode ter natureza normativa, como atributo do próprio conceito de renda tributável por decorrência de comando constitucional ou legal de determinado sistema, ou administrativa, como regra de conveniência e praticabilidade.
6. Do ponto de vista teórico, as razões para não se tributar ganhos não realizados se resumem basicamente a problemas de liquidez e mensuração, não obstante, são também

apontados certos efeitos no comportamento econômico (alguns nocivos) que seriam produzidos pela adoção de um ou outro sistema de tributação.

7. Muito embora se possa afirmar que a tributação *accrual* ou *mark-to-market* funciona em teoria, não é um fenômeno comum. De fato, o princípio da realização se sobrepõe a aplicação do princípio de marcação a mercado em quase todos os países, com exceção de algumas regras específicas aplicáveis a certos instrumentos financeiros.

8. No nível da tributação brasileira, o princípio da realização da renda é um princípio implícito que, apesar de não estar expresso na Constituição Federal, pode ser construído do requisito de disponibilidade da renda, que, em última instância, decorre do princípio da capacidade contributiva, sendo ainda informado pelos princípios da generalidade, universalidade, segurança jurídica e praticabilidade.

9. Conquanto possa ser identificado em nível constitucional, o conteúdo geral que se pode extrair do princípio da realização neste nível é restrito e orienta três elementos principais e indispensáveis para que a renda seja considerada como disponível, são eles: *mensurabilidade*, *liquidez* e *certeza*.

10. A *mensurabilidade* é uma decorrência do princípio da praticabilidade e determinaria que a tributação da renda deve limitar-se a fatos passíveis de mensuração monetária, exigindo a comprovação, direta ou indireta, do valor econômico atribuído a determinada renda. Por sua vez, a *liquidez*, é uma exigência derivada da própria noção de capacidade contributiva, que indica que o tributo a ser recolhido aos cofres públicos deve ser extraído da própria materialidade econômica a ser tributada. Por fim, tanto a liquidez quanto a mensurabilidade são graduadas conforme um terceiro elemento, a *certeza*, que decorre do princípio da segurança jurídica e exige um alto grau de definitividade para a renda possa ser tributada, afastando situações em que existam dúvidas relacionadas à efetiva possibilidade de recebimento da renda.

11. É possível extrair do princípio da capacidade contributiva e da própria noção tipológica de renda, a ideia de que a tributação da renda exige a disponibilidade (i.e. realização). Todavia, não há na Constituição um conceito fechado do que seria essa disponibilidade, muito menos que teria ela um traço essencialmente transacional.

12. A definição do exato momento da aquisição de disponibilidade da renda, e portanto, da realização da renda, depende substancialmente dos critérios específicos eleitos pelo legislador ordinário, em consonância com os requisitos materiais para incidência que se pode extrair do conteúdo geral (em nível constitucional) e do conteúdo especial (no nível da legislação complementar - CTN) do princípio da realização.

13. No nível da legislação complementar, o artigo 43 do CTN institui como núcleo do fato gerador do Imposto de Renda a existência de um acréscimo patrimonial, ainda que instantâneo.

14. Em geral, a doutrina nacional do Imposto de Renda costuma se valer do conceito de patrimônio utilizado pelo Direito Civil (universalidade de bens e direitos) como ponto de partida para mensurar a existência ou não de um acréscimo patrimonial apto a gerar tributação. Essa posição, todavia, não é uníssona. Em nossa visão, a referência do artigo 43 do CTN à noção de acréscimo patrimonial não faria de aí decorrer uma remissão necessária ao conceito de patrimônio previsto no Direito Civil. Pelo contrário, a expressão “acrésimo patrimonial” deve ser interpretada à luz de seu contexto e finalidade, considerando suas relações com outros dispositivos. Assim, o artigo 43 teria capturado os acréscimos patrimoniais tanto em seu sentido econômico, quanto jurídico.

Por acréscimo patrimonial econômico entende-se o incremento de riqueza não necessariamente lastreado em título jurídico, mas embasado em uma percepção de mercado sobre o valor de algo que se tem controle (e.g. fruto de ilícito, valorização de imóvel). O acréscimo patrimonial jurídico, por outro lado, resulta do incremento de riqueza fundamentado em um direito, líquido e certo (i.e. direito de crédito), que passa a integrar o patrimônio jurídico do seu titular, vinculando-se a assim à noção de propriedade da renda. Ademais, em determinadas hipóteses, a redução ou extinção gratuita de obrigações anteriormente assumidas pode representar um acréscimo patrimonial jurídico “por via indireta”, na medida em que resultam em um evento positivo à universalidade de direitos e obrigações, conquanto não representem, em si, o surgimento de um direito novo.

15. A conclusão de que o artigo 43 do CTN buscou capturar o acréscimo patrimonial tanto jurídico quanto econômico não resulta dizer que se tenha dispensado a exigência de “aquisição da disponibilidade”, que deverá ser identificada para que o acréscimo patrimonial possa estar sujeito a tributação.

16. Assim como há determinadas características que qualificam fatos econômico-sociais ou jurídicos como renda, também existem outras características que agregam a tais fatos a qualidade de disponibilidade. Neste sentido, a expressão “aquisição da disponibilidade” exprime um requisito de realização da renda, no sentido de que, para além de experimentar um acréscimo patrimonial econômico ou jurídico, o titular de tal acréscimo deve ter disponibilidade plena sobre ele, para que se lhe possa ser exigido o Imposto de Renda. A definição do evento de aquisição de disponibilidade, por outro lado, deve ser analisada

conforme a sua qualificadora, “econômica” ou “jurídica”, que se configura como a causa da disponibilidade da renda.

17. A doutrina nacional há muito tempo tem se dedicado a compreender a exata dimensão do conteúdo da expressão “aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica”, utilizada pelo artigo 43 do CTN para definir o fato gerador do Imposto de Renda. A posição dominante assume que a renda seria considerada realizada, e, portanto, apta a ser tributada, geralmente quando cristalizada por meio de uma transação no mercado, que resultasse no recebimento de moeda ou equivalente (“regime de caixa”) ou de um direito ao recebimento de moeda ou equivalente (“regime de competência”).

18. Respeitadas as posições contrárias, entendemos que a análise do requisito de disponibilidade passa pela identificação da fonte causadora da renda. Assim, quando a renda tem como causa um acréscimo patrimonial econômico, a aquisição de disponibilidade dependerá da verificação das respectivas circunstâncias materiais fáticas necessárias para que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios (artigo 116, inc. I), o que envolveria essencialmente a liberdade para usar e gozar da renda de forma total e irrestrita, inclusive (e principalmente) para dela extrair os recursos financeiros para pagar o próprio Imposto de Renda ou qualquer outra obrigação.

19. Por outro lado, quando a renda tem como causa um acréscimo patrimonial jurídico, considera-se adquirida a disponibilidade da renda quando o relevante ato ou negócio jurídico, com todos os seus elementos materiais e objetivos, estiver definitivamente constituído, nos termos do direito aplicável (artigo 116, inc. II), dele decorrendo um direito líquido e certo de crédito em benefício do seu titular.

20. Conquanto não se possa extrair do conteúdo do CTN um requisito transacional para a realização, a aquisição de disponibilidade da renda (econômica ou jurídica) pressupõe que a riqueza possa ser mensurada em moeda e esteja acessível com elevado grau de certeza, de modo que o beneficiário possa acessar efetivamente a renda ou dela fazer uso da forma como melhor lhe convier (inclusive, e principalmente, para dela extrair os recursos financeiros para pagar o Imposto de Renda), sem ter a sua pretensão resistida em função de fatores externos.

21. De modo geral, os critérios específicos de realização da renda podem ser agrupados em três hipóteses:

(i) *realização em relações jurídicas transacionais*, nas quais o cumprimento da obrigação (assim entendido como a conclusão das obrigações relativas à execução do contrato, em razão das quais surge o direito de crédito no valor acordado) é o critério mais

apropriado para caracterizar a aquisição de disponibilidade da renda. Adicionalmente, nos casos de redução ou extinção gratuita de obrigação, o evento de realização será a própria extinção eficaz da obrigação por razão da remissão, total ou parcial, da dívida.

(ii) *realização para além das relações jurídicas transacionais*, em que se adquire a disponibilidade econômica sobre um acréscimo patrimonial econômico, o que requer um elevado nível de certeza de que nenhum fator externo impedirá o acesso e uso da renda em todo o seu espectro de potencialidades, inclusive em relação à sua conversão em moeda corrente; e

(iii) *realização por captura*, cujas hipóteses de realização se refeririam a situações que buscam capturar um acréscimo patrimonial econômico, aplicando sobre ele uma presunção (relativa) de disponibilidade.

BIBLIOGRAFIA

ABE, Cesar Henrique Shogi. Disponibilidade econômica da renda. **Revista de Direito Tributário Atual**. v. 21. São Paulo: Dialética/IBDT, 2010, p. 191-210.

ACKERT, Lucy F; CHARUPAT, Narat; CHURCH, Bryan K; DEAVES, Richard. Bubbles in Experimental Asset Markets: Irrational Exuberance No More. **Federal Reserve Bank of Atlanta Working Paper 24**. Atlanta: FRB Atlanta, 2002. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=287097>>. Acesso em: 14.09.2019.

AGUIAR, Nina. La relación entre la determinación del beneficio imponible em los impuestos sobre la renta y la contabilidad mercantil. In: GARCIA, Eusebio Gonzáles; MAYER, Pollyana Villar (coords.). **Temas Actuales de Derecho Tributario**. Barcelona: J.M. Bosch Editor, 2005, p. 263-283.

_____. **Tributación y contabilidad**. Una perspectiva histórica y de derecho comparado. Granada: Ruiz de Aloza Editores, 2011.

ALLEN, Franklin; CARLETTI, Elena. **Mark-to-Market Accounting and Liquidity Pricing**. Journal of Accounting and Economics, 45. Wharton School, University of Pennsylvania, USA, 2008. Disponível em: <https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1152&context=fnce_papers>. Acesso em: 05.01.2020.

_____; GALE, Douglas. **From Cash-in-the-Market Pricing to Financial Fragility**. Journal of the European Economic Association. v. 3, n. 2/3, 2005. Disponível em: <www.jstor.org/stable/40004996>. Acesso em: 05.01.2020.

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. Imposto de Renda: regimes jurídicos. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord.). **Curso de Direito Tributário**. v. 1, 4. ed. Belém: Cejup, 1995, p. 313-338.

_____. O Imposto de Renda nas doações, heranças e legados. In: ROCHA, Valdir de Oliveira (coord.). **Imposto de Renda: alterações fundamentais**. v. 2. São Paulo: Dialética, 1998, p. 101-112.

ANDRADE, José Maria Arruda de. Interpretação e aplicação da lei tributária. In: MACHADO, Hugo de Brito (coord.). **Interpretação e aplicação da lei tributária**. São Paulo: Dialética, 2010, p. 182-206.

ANDREWS, William D. The Achilles' Heel of the Comprehensive Income Tax. In: WALKER, Charles E.; BLOOMFIELD, Mark A. (coords.). **New Directions in Federal Tax Policy for the 1980s**. American Council for Capital Formation: Center for Policy Research, 1983, p. 278-285.

ASSIS, Araken de; ANDRADE, Ronaldo Alves de; ALVES, Francisco Glauber Pessoa. **Comentários ao Código Civil Brasileiro**. v. 5: do direito das obrigações. ALVIM, Arruda; ALVIM, Thereza Alvim (coords.). Rio de Janeiro: Forense, 2007.

ATALIBA, Geraldo. **Sistema constitucional tributário brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1968.

_____.; GIARDINO, Cleber. Imposto de Renda – capacidade contributiva – aparência de riqueza – riqueza fictícia – renda escritural – intributabilidade de correções monetárias. **Revista de Direito Tributário**. n. 38. São Paulo: Malheiros, 1986, p. 140-163.

ÁVILA, Humberto. **Competências tributárias**: um ensaio sobre a sua compatibilidade com as noções de tipo e conceito. São Paulo: Malheiros, 2018.

_____. **Conceito de renda e compensação de prejuízos fiscais**. São Paulo: Malheiros, 2011.

_____. Disponibilidade jurídica e poder decisório. In: ZILVETI, Fernando Aurélio; FAJERSZTAJN, Bruno; SILVEIRA, Rodrigo Maito da (coords.). **Direito Tributário**: princípio da realização no imposto sobre a renda – estudos em homenagem a Ricardo Mariz de Oliveira. São Paulo: IBDT, 2019, p. 84-92.

_____. O princípio da isonomia em matéria tributária. In: TORRES, Heleno Taveira (coord.). **Tratado de direito constitucional tributário**: estudos em homenagem a Paulo de Barros Carvalho. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 407-439.

_____. **Sistema constitucional tributário**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. **Teoria da igualdade tributária**. São Paulo: Malheiros, 2008.

AVI-YONAH, Reuven S. **And Yet it Moves**: A Tax Paradigm for the 21st Century. University of Michigan Law School: Law & Economics Working Papers. Paper 59, 2013.

_____.; CHENCHINSKI, Amir C. The Case for Dividend Deduction: **Tax Law**. v. 65, n. 1. Ann Arbor: University of Michigan Law School, 2011.

BAKKER, Erwin; *et al.* **Wiley IFRS 2017**: Interpretation and Application of IFRS Standards. Hoboken, NJ: JohnWiley&Sons, Inc., 2017.

BALEEIRO, Aliomar. **Direito Tributário Brasileiro**. 13. ed. Atualizado por Misabel de Abreu Machado Derzi. São Paulo: Editora Forense, 2015.

_____. **Limitações constitucionais ao poder de tributar**. Atualizado por Misabel Abreu Machado Derzi. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2010.

BARRETO, Paulo Ayres. Conceitos constitucionais e competência tributária. In: SANTOS, Nélida Cristina dos; *et al.* **Temas de Direito Tributário**: estudos em homenagem a Eduardo Botallo. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 331-343.

_____. **Imposto sobre a renda e preços de transferência**. São Paulo: Dialética, 2001.

BEAVER, William H.; RYAN, Stephen G. Conditional and unconditional conservatism: concepts and modeling. In: **Review of Accounting Studies**. v. 10, n. 2-3, Nova Iorque: Springer, 2005, p. 269-309.

BECKER, Alfredo Augusto. **Teoria geral do Direito Tributário**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1972.

BELSUNCE, Horacio A. Garcia. **El Concepto de Crédito em la Doctrina y em el Derecho Tributario**. Buenos Aires: Depalma, 1967.

BENSHALOM, Ilan; STEAD, Kendra. Realization and Progressivity. In: **Columbia Law Journal of Tax Law**. v. 3:43. Nova Iorque: Columbia University, 2011. Disponível em: <<https://academiccommons.columbia.edu/doi/10.7916/D8PC31SW>>. Acesso em: 11.01.2020.

BENTO, Paulo Marcelo de Oliveira; COSTA, Luís Henrique de Conceição. Imposto de Renda na conversão de investimento direto (Lei nº 4.131) para investimento em portfólio (Resolução CVM nº 2.689). In: CASTRO, Leonardo Freitas de Moraes e. (org.) **Mercado Financeiro & de Capitais**: regulação e tributação. São Paulo: Quartier Latin, 2015, p. 1027-1040.

BIANCO, João Francisco. O conceito de valor justo e seus reflexos tributários. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alessandro Broedel (coords.). **Controvérsias jurídico-contábeis (aproximações e distanciamentos)**. v. 5. São Paulo: Dialética, 2014, p. 160-174.

_____. Imposto de Renda da pessoa jurídica: uma visão geral. In: SANTI, Eurico Marcos Diniz de; ZILVETI, Fernando Aurélio (coords.). **Tributação das Empresas**. São Paulo: Quartier Latin, 2006, p. 317-332.

_____; PEDROSA JUNIOR, Marcio. Condições para um diálogo normativo entre o Direito Contábil e o Direito Tributário. In: ZILVETI, Fernando Aurélio; FAJERSZTAJN, Bruno; SILVEIRA, Rodrigo Maito da (coords.). **Direito Tributário**: princípio da realização no imposto sobre a renda – estudos em homenagem a Ricardo Mariz de Oliveira. São Paulo: IBDT, 2019, p. 163-185.

BIFANO, Elidie Palma. O Direito Tributário e a interdisciplinaridade com outros ramos do saber. **Revista de Direito Tributário Atual**. v. 30. São Paulo: Dialética, 2014, p. 158-171.

_____. Renda realizada e IFRS. In: ZILVETI, Fernando Aurélio; FAJERSZTAJN, Bruno; SILVEIRA, Rodrigo Maito da (coords.). **Direito Tributário**: princípio da realização no imposto sobre a renda – estudos em homenagem a Ricardo Mariz de Oliveira. São Paulo: IBDT, 2019, p. 242-272.

BORGES, Souto Maior. Princípio da segurança jurídica na criação e aplicação do tributo. **Revista de Direito Tributário**. n. 63. São Paulo: Malheiros, 1993, p. 206-210.

BROOKS, John R. The Definitions of Income. **Tax Law Review**. v. 71. Washington/EUA: Georgetown University Law Center, 2018. Disponível em:

<<https://scholarship.law.georgetown.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2976&context=facpub>>. Acesso em: 05.05.2019.

CANTO, Gilberto de Ulhôa. A aquisição de disponibilidade e o acréscimo patrimonial no imposto sobre a renda. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord.) **Imposto de Renda: conceitos, princípios e comentários** (em memória de Henry Tilbery). 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996, p. 33-40.

_____.; MUNIZ, Ian de Porto Alegre; SOUZA, Antonio Carlos Garcia de. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord.). **O fato gerador do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. Caderno de Pesquisas Tributárias**. n. 11. São Paulo: Centro de Estudos de Extensão Universitária/Resenha Tributária, 1986, p. 1-44.

CARDOSO, Ricardo Lopes; MARTINS, Vinícius Aversari. Hipótese de mercado eficiente e modelo de precificação de ativos financeiros. In: LOPES, Alexandro Broedel; IUDÍCIBUS, Sérgio de (coords.). **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: 2017, p. 72-134.

CARON, Paul L.; BURKE, Karen C.; MCCOUCH, Grayson M.P. **Federal Income Tax Anthology**. Cincinnati, Ohio: Anderson, 2003.

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de direito constitucional tributário**. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

_____. **Imposto sobre a renda: perfil constitucional e temas específicos**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

CARVALHO, Kildare. **Técnica legislativa**. 4. ed. São Paulo: Del Rey, 2007.

CARVALHO, Nelson. Essência x forma na contabilidade. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexandro Broedel (coords.). **Controvérsias jurídico-contábeis (aproximações e distanciamentos)**. São Paulo: Dialética, 2010, p. 371-380.

CARVALHOSA, Modesto. Imposto de Renda: conceituação no sistema tributário da Carta Constitucional. **Revista de Direito Público**. v. 1. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1967, p. 186-196.

CHARNESKI, Heron. Contabilidade societária do padrão IAS/IFRS vs contabilidade fiscal no contexto da realização da renda. In: ZILVETI, Fernando Aurélio; FAJERSZTAJN, Bruno; SILVEIRA, Rodrigo Maito da (coords.). **Direito Tributário: princípio da realização no imposto sobre a renda – estudos em homenagem a Ricardo Mariz de Oliveira**. São Paulo: IBDT, 2019, p. 186-211.

_____. CPC 47 (IFRS 15): aspectos tributários na nova norma contábil sobre receitas. **Revista de Direito Tributário Atual**. v. 40. São Paulo: Dialética/IBDT, 2018, p. 250-270.

_____. **Normas internacionais de contabilidade e Direito Tributário brasileiro**. Série Doutrina Tributária. v. XXIV. São Paulo: Quartier Latin, 2018.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil**: parte geral. v. 1, 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

COMPARATO, Fábio Konder. **Ensaio e pareceres de Direito Empresarial**. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

_____. O irredentismo da “nova contabilidade” e as operações de “leasing”. **Revista de Direito Mercantil**. n. 68. São Paulo: RT, out./dez. 1987, p. 50-62.

CORREA, Walter B. Subsídios para o estudo da história legislativa do Imposto de Renda no Brasil. In: MARTINS, Ives G. S. (coord.). **Estudos sobre o Imposto de Renda** (em memória de Henry Tilbery). São Paulo: Resenha Tributária. 1994. p. 247-260.

COSTA, Alcides Jorge. Capacidade contributiva. **Revista de Direito Tributário**. v. 55. São Paulo: Malheiros, 1991, p. 297-302.

_____. Conceito de renda tributável. In: OLIVEIRA, Ricardo Mariz de; COSTA, Sérgio de Freitas (coords.). **Diálogos póstumos com Alcides Jorge Costa**. São Paulo: IBDT, 2017, p. 49-59.

_____. Imposto sobre a renda: a aquisição da disponibilidade jurídica ou econômica como seu fato gerador. Limite de sua incidência. In: OLIVEIRA, Ricardo Mariz de; COSTA, Sérgio de Freitas (coords.). **Diálogos Póstumos com Alcides Jorge Costa**. São Paulo: IBDT, 2017, p. 231-236.

COSTA, Regina Helena. **Praticabilidade e justiça tributária**: exequibilidade da lei tributária e direitos do contribuinte. São Paulo: Malheiros, 2007.

_____. **Princípio da capacidade contributiva**. São Paulo: Malheiros, 2003.

CRANE, Charlotte. The Income Tax and The Burden of Perfection. In: **Northwestern University Law Review**. v. 100. n. 1. Evanston: Northwestern University, 2006. Disponível em: http://www.law.northwestern.edu/faculty/fulltime/crane/papers/Income_Tax_and_the_Burden_of_Proof.pdf>. Acesso em: 14.01.2020.

CUNHA, Fábio Lima da. A contabilidade juridicizada: a universalidade de relações jurídicas e a perspectiva de patrimônio no novo padrão contábil brasileiro. In: MOSQUEIRA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexandro Broedel (coords.). **Controvérsias jurídico-contábeis (aproximações e distanciamentos)**. São Paulo: Dialética, 2010, p. 147-163.

CUNNINGHAM, Noel B; SCHENK, Deborah H. Taxation without Realization: A “Revolutionary” Approach to Ownership. **New York University Law Review**. v. 47. Nova Iorque: NYU, 1992. Disponível em: [https://its.law.nyu.edu/faculty/profiles/representativeFiles/NoelBCunninghamDeborahHSc%20\(1\)_8E4B4969-1B21-6206-607DA8A7478AEF4D.pdf](https://its.law.nyu.edu/faculty/profiles/representativeFiles/NoelBCunninghamDeborahHSc%20(1)_8E4B4969-1B21-6206-607DA8A7478AEF4D.pdf)>. Acesso em: 12.01.2020.

DELMOTTE, Charles. The right to autonomy as a moral foundation for the realization principle in income taxation. In: BHANDARI, Monica (Ed.). **Philosophical foundations of**

tax law. Oxford: Oxford University Press, 2017. Disponível em: <<https://biblio.ugent.be/publication/8518015/file/8518036.pdf>>. Acesso em: 28.11.19.

DERZI, Misabel Abreu Machado. Princípio da praticabilidade do Direito Tributário: segurança jurídica e tributação. **Revista de Direito Tributário**. Ano 13, n. 47. São Paulo: Revista dos Tribunais, jan-mar, 1989, p. 166-179.

_____. **Direito Tributário, Direito Penal e tipo**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

_____. **Os conceitos de renda e de patrimônio**: efeitos da correção monetária insuficiente no Imposto de Renda. Belo Horizonte: Del Rey, 1992.

DESAI, Mihir A.; GENTRY, William M. The Character and Determinants of Corporate Capital Gains. **NBER Working Paper No. w10153**, Cambridge: NBER, 2003. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=478662>>. Acesso em: 14.09.2019.

DUFF, David G. **Rethinking the Concept of Income in Tax Law and Policy**. Toronto: University of Toronto, 2005.

ELKINS, David. The Myth of Realization: Mark-to-Market Taxation of Publicly-Traded Securities. In: **Florida Tax Review**. v. 10, n. 5. Gainesville: UF, 2010. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1734601>. Acesso em: 12.01.2020.

ESSERS, Peter; *et al.* **The Influence of IAS/IFRS on the CCTB, Tax Accounting, Disclosure and Corporate Law**. Nova Iorque/EUA: Kluwer Law & Business, 2009.

_____; RIJKERS, Arie. General Report. In: **The Notion of Income from Capital**. Amsterdã: IBFD, 2003, p. 281-337.

FERNANDES, Edison Carlos. **Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL**. São Paulo: Atlas, 2015.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do Direito**: técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. Segurança jurídica e normas gerais tributárias. **Revista de Direito Tributário**. n. 17/18. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981, p. 51-56.

FLÁVIO NETO, Luís. Receitas tributáveis e hipóteses de não incidência Tributária: IRPJ, CSL, PIS, Cofins e a atividade de intermediação de serviços turísticos. **Revista de Direito Tributário Atual**. v. 26. São Paulo: Dialética/IBDT, 2011, p. 271-294.

FLORES, Eduardo; BRAUNBECK, Guillermo Oscar. What is better: to be roughly right or exactly wrong? The role of quantitative methods in financial accounting. In: **International Journal of Multivariate Data Analysis**. v. 1, n. 2, 2017, p. 162-170.

FONSECA, Fernando Daniel de Moura. **Imposto sobre a renda**: uma proposta de diálogo com a contabilidade. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

_____. **Normas tributárias e a convergência das regras contábeis internacionais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2014.

FREEDMAN, Judith. Treatment of Capital Gains and Losses. In: ESSERS, Peter e RIJKERS, Arie (orgs.). **The Notion of Income from Capital**. Amsterdã: IBFD, 2005, p. 191-215.

FUJI, Alessandra Hirano; SLOMSKI, Valmor. Subjetivismo responsável: necessidade ou ousadia no estudo da contabilidade. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**. n. 33. São Paulo: USP, 2003, p. 33-44.

GASSNER, Wolfgang. The influence of tax principles on the taxation of income from capital – a response. In: ESSERS, Peter; RIJKERS, Arie (orgs.). **The Notion of Income from Capital**. Amsterdã: IBFD, 2005, p. 33-52.

GELBCKE, Ernesto; *et al.* **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GODOI, Marciano Seabra de; SALIBA, Luciana Goulart Ferreira. Interpretação e aplicação da lei tributária. In: MACHADO, Hugo de Brito (coord.). **Interpretação e aplicação da lei tributária**. São Paulo: Dialética, 2010, p. 268-293.

GOMES, Orlando. **Contratos**. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

GONÇALVES, José Artur Lima. **Imposto sobre a renda**: pressupostos constitucionais. 1. ed., 2. tir. São Paulo: Malheiros, 2002.

GRAETZ, Michael J.; SCHENK, Deborah H. **Federal Income Taxation**: Principles and Policies. 5. ed. Nova Iorque: Foundation Press, 2005.

GRECO, Marco Aurélio. Capacidade contributiva x lucro contábil/societário. In: ZILVETI, Fernando Aurélio; FAJERSZTAJN, Bruno; SILVEIRA, Rodrigo Maito da (coords.). **Direito Tributário**: princípio da realização no imposto sobre a renda – estudos em homenagem a Ricardo Mariz de Oliveira. São Paulo: IBDT, 2019, p. 73-83.

GUTIERREZ, Miguel D. Da renda imputada. **Revista de Direito Tributário Atual**. v. 23. São Paulo: IBDT, 2009, p. 356-365.

HADDAD, Gustavo Lian. Realização da renda em reestruturações societárias. In: ZILVETI, Fernando Aurélio; FAJERSZTAJN, Bruno; SILVEIRA, Rodrigo Maito da (coords.). **Direito Tributário**: princípio da realização no imposto sobre a renda – estudos em homenagem a Ricardo Mariz de Oliveira. São Paulo: IBDT, 2019, p. 363-404.

HELLMAN, Nicolas. Accounting Conservatism under IFRS. **Accounting in Europe**. v. 5, n. 2. Estocolmo: European Accounting Association, 2008, p. 71-100.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDÁ, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

HITZ, Joerg-Markus. The Decision Usefulness of Fair Value Accounting – A Theoretical Perspective. **European Accounting Review**. v. 16, n. 2. Paris: HEC. 2007, p. 323-362.

HOLMES, Kevin. **The Concept of Income: A Multi-disciplinary Analysis**. Doctoral Series. v. 1. Amsterdã: IBFD, 2000.

HORNGREN, Charles T. How we should interpret the realization concept? **The Accounting Review**. v. 40, n. 2. Parkway Lakewood Ranch/EUA: American Accounting Association, 1965, p. 324.

HUNG, M.; SUBRAMANYAM, K.R. Financial statement effects of adopting international accounting standards: the case of Germany. **Review of accounting studies**. v. 12. Nova Iorque: Springer. 2007. p. 623–657.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

_____.; MARTINS, Eliseu. Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do valor justo. **Revista de Contabilidade e Finança da USP**. v. 18. São Paulo: USP, 2007, p. 9-18.

_____. **Contabilidade introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. Essência sobre a forma e o valor justo: duas faces da mesma moeda. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga e LOPES, Alexsandro Broedel (coords.) **Controvérsias jurídico-contábeis (aproximações e distanciamentos)**. São Paulo: Dialética, 2010, p. 464-478.

JEFFREY-COOK, John. William Pitt and his Taxes. In: **British Tax Review**. v. 4. Londres: Sweet & Maxwell, 2010, p. 376-391.

JUSTEN FILHO, Marçal. Capacidade contributiva. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva. (coord.) **Capacidade contributiva. Caderno de pesquisas tributárias**. v. 14. São Paulo: Editora Resenha Tributária, 1989, p. 357-448.

KAVELAARS, Peter. Accrual versus realization. In: ESSERS, Peter e RIJKERS, Arie (orgs.). **The Notion of Income from Capital**. Amsterdã: IBFD, 2005, p. 127-146.

KING, Alfred M. Conceito de valor justo. In: CATTY, James P. **IFRS: guia de aplicação do valor justo**. Porto Alegre: Bookman, 2013, p. 11-28.

_____. **Fair Value for Financial Reporting: meeting the new FASB requirements**. Hoboken,NJ: JohnWiley&Sons,Inc, 2006.

KIRSCH, Hanno; OLSSON, Stefan. **Financial accounting and tax accounting: Germany and Sweden as examples**. In: Skattenytt SN. Visby: Skattenytt Förlags, 2008, p. 746-757.

KORNHAUSER, Marjorie E. The Story of Macomber: The Continuing Legacy of Realization. **Tax Stories: an in-depth look at ten leading federal income tax cases**. Nova Iorque: Foundation Press, 2009. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=316483>>. Acesso em: 20.08.2019.

KWALL, Jeffrey L. When Should Asset Appreciation Be Taxed? The Case for a Disposition Standard of Realization. **Indiana Law Journal**. v. 86. Bloomington: Indiana University, 2010. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1558610>. Acesso em: 06.09.2019.

LANG, Joachim. The influence of tax principles on the taxation of income from capital. In: ESSERS, Peter e RIJKERS, Arie (orgs.). **The Notion of Income from Capital**. Amsterdã: IBFD, 2005, p. 3-31.

LARENZ, Karl. **Metodologia da Ciência do Direito**. 6. ed. Tradução de José Lamengo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

LAUKKANEN, Antti. **Taxation of Investment Derivatives**. Amsterdã: IBFD, 2007.

LEMKE, Gisele. **Imposto de Renda: os conceitos de renda e de disponibilidade econômica e jurídica**. São Paulo: Dialética, 1998.

LOPES JUNIOR, Jorge Ney de Figueirêdo; ASSEIS, Pedro Augusto do Amaral Abujamra. A adoção do IFRS no Direito brasileiro e os limites da conciliação do contábil com o legal tributário. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga e LOPES, Alexsandro Broedel (coords.) **Controvérsias jurídico-contábeis (aproximações e distanciamentos)**. v. 6. São Paulo: Dialética, 2015, p. 284-310.

LOPES, Alexsandro Broedel. A “política de balanço” e o novo ordenamento contábil brasileiro das companhias abertas. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga e LOPES, Alexsandro Broedel (coords.) **Controvérsias jurídico-contábeis (aproximações e distanciamentos)**. v. 2. São Paulo: Dialética, 2011, p. 11-19.

_____; MARTINS, Eliseu. **Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2017.

_____; MOSQUERA, Roberto Quiroga. Direito Contábil: fundamentos conceituais, aspectos da experiência brasileira e implicações. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (coords.). **Controvérsias jurídico-contábeis (aproximações e distanciamentos)**. São Paulo: Dialética, 2010, p. 56-81.

LOPES, Roberto Salles. **Conceito de renda para fins tributários e IFRS**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

MACDONALD, Graeme. **The taxation of business income**. Aligning taxable income with accounting income. Londres: The Institute for Fiscal Studies, 2002. Disponível em: <<https://www.ifs.org.uk/comms/dp2.pdf>>. Acesso em: 27.04.2019.

MACHADO, Brandão. Breve exame crítico do art. 43 do CTN. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord.). **Imposto de Renda: conceitos, princípios e comentários (em memória de Henry Tilbery)**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996, p. 107-124.

MACHADO, Hugo de Brito. Disponibilidade jurídica como elemento do fato gerador do Imposto de Renda. **Revista Dialética de Direito Tributário n. 207**. São Paulo: Dialética, 2012, p. 59-66.

MACHADO, Raquel Cavalcanti Ramos. **Competência tributária: entre a rigidez do sistema e a atualização interpretativa**. São Paulo: Malheiros, 2014.

MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. **Análise econômica do direito**. SZTAJN, Rachel (Trad.). 2. ed. São Paulo, Atlas, 2015.

MARTINS, Eliseu. **Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica**. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. Ensaio sobre a evolução do uso e das características do valor justo. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alessandro Broedel (coords.). **Controvérsias jurídico-contábeis (aproximações e distanciamentos)**. São Paulo: Dialética, 2010, p. 138-146.

_____; CANADO, Vanessa Rahal. IFRS 15 / Pronunciamento CPC 47. Nova norma contábil sobre o reconhecimento de receitas e seus impactos jurídicos. In: ROCHA, Sérgio André (coord.). **Direito Tributário, Societário e a reforma da Lei das S/A – vol. V: controvérsias após a Lei nº 12.973**. São Paulo: Quartier Latin, 2018, p. 196-215.

_____; DINIZ, Josedilton Alves; MIRANDA, Gilberto José. **Análise avançada das demonstrações contábeis: uma abordagem crítica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord.). **O fato gerador do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. Caderno de Pesquisas Tributárias, n.11**. São Paulo: Centro de Estudos de Extensão Universitária/Resenha Tributária, 1986, p. 261-291.

MARTINS, Ricardo Lacaz. **Tributação da renda imobiliária**. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

MELLO, Gustavo Miguez de. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord.). **O fato gerador do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. Caderno de Pesquisas Tributárias, n. 11**. São Paulo: Centro de Estudos de Extensão Universitária/Resenha Tributária, 1986, p. 157-244.

MELLO, José Eduardo Soares de. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord.). **O fato gerador do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. Caderno de Pesquisas Tributárias, n. 11**. São Paulo: Centro de Estudos de Extensão Universitária/Resenha Tributária, 1986, p. 293-342.

MILLER, David S. A Progressive System of Mark-to-Market Taxation. **The Shelf Project; Tax Notes**. v. 121. Arlington: Tax Notes, 2008, p. 213-218.

_____. The Zuckerberg Tax. **The New York Times, New York, Today's Paper**. p. A27, 7 Feb. 2012. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2012/02/08/opinion/the-zuckerberg-tax.html>>. Acesso em: 14.09.2019.

_____. Toward an Economic Model for the Taxation of Derivatives and Other Financial Instruments. **Harvard Business Law Review Online**. v. 3. Cambridge: Harvard University, 2013. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2233608>>. Acesso em: 14.09.2019.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Trabalhos da Comissão Especial do Código Tributário Nacional**. Rio de Janeiro: Ministério da Fazenda, 1954. Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/511517>>. Acesso em: 21.12.2019.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Tratado de Direito Privado**. Tomo 5. Campinas: Bookseller, 2000.

MORENO, Andrés Báez. **Normas contables e impuesto sobre sociedades**. Navarra: Editorial Aranzadi, 2005.

MOSQUERA, Roberto Quiroga. **Renda e proventos de qualquer natureza: o imposto e o conceito constitucional**. São Paulo: Dialética, 1996.

NABAIS, José Casalta. **Por um estado fiscal suportável: estudos de direito fiscal**. Coimbra: Almedina, 2005.

NOBES, Christopher. **A Conceptual Framework for the Taxable Income of Business and How to Apply it Under IFRS**. Londres/RU: Certified Accountants Educational Trust, 2004. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.193.1111&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 29.08.2019.

NUNES, Renato. **Tributação e contabilidade: alguns apontamentos sobre as relações entre os sistemas jurídico e contábil**. São Paulo: Almedina, 2013.

OLIVEIRA, Eduardo Alves de. **Disponibilidade econômica do fair value**. Coleção Academia-Empresa 26. São Paulo: Quartier Latin, 2018.

OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. Regime tributário da compra vantajosa: questões fundamentais. In: LOPES, Alexsandro Broedel; MOSQUERA, Roberto Quiroga (coords.). **Controvérsias jurídico-contábeis (aproximações e distanciamentos)**. v 4. São Paulo: Dialética, 2013, p. 251-268.

_____. Depurações do lucro contábil para determinação do lucro tributável. In: LOPES, Alexsandro Broedel; MOSQUERA, Roberto Quiroga (coords.). **Controvérsias jurídico-contábeis (aproximações e distanciamentos)**. v. 5 São Paulo: Dialética, 2014, p. 359-378.

_____. Entre contratos e receitas, as obrigações de desempenho. In: PINTO, Alexandre Evaristo; *et al.* (org.). **Controvérsias jurídico-contábeis**. São Paulo: Atlas, 2020, p. 311-326.

_____. **Fundamentos do Imposto de Renda**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

_____. Lei n. 12.973/2014: efeitos tributários das modificações contábeis (escrituração x realismo jurídico). In: RODRIGUES, Daniele Souto; *et al.* (coords.). **Tributação atual da**

renda: estudo da Lei n. 12.973/2014: da harmonização jurídico contábil à tributação de lucros do exterior. São Paulo: Noeses, 2015, p. 329-346.

_____. Princípios fundamentais do Imposto de Renda. In: SCHOUERI, Luís Eduardo; ZILVETI, Fernando Aurelio (coords.). **Direito Tributário:** estudos em homenagem a Brandão Machado. São Paulo: Dialética, 1998, p. 197-227.

_____. Tributação em torno de atos ilícitos: noções gerais e Imposto de Renda. In: ADAMY, Pedro Augustin; NETO, Arthur M. Ferreira (coords.). **Tributação do ilícito:** estudos em comemoração aos 25 anos do Instituto de Estudos Tributários – IET. São Paulo: Malheiros, 2018, p. 104-134.

_____. Disponibilidade econômica de renda e proventos. Princípio da realização da renda e princípio da capacidade contributiva. In: **Direito Tributário Contemporâneo:** estudos em homenagem a Luciano Amaro. MARTINS, Ives Gandra da Silva e PASIN, João Bosco Coelho (coord.). São Paulo: Saraiva, 2012, p. 285-306.

ORDOWER, Henry. Revisiting Realization: Accretion Taxation, the Constitution, Macomber, and Mark to Market. **Virginia Tax Review.** v. 13, n. 1. Charlottesville: University of Virginia School of Law, 1993. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1270630>. Acesso em: 06.09.2019.

PEDREIRA, José Luiz Bulhões. **Imposto sobre a renda:** pessoas jurídicas. v. 1. Rio de Janeiro: Justec/ADCOAS, 1979.

PENMAN, Stephen H. Financial reporting quality: is fair value a plus or a minus? **Accounting and Business Research.** v. 37. Abingdon: Taylor & Francis. 2007, p. 33-44.

PETRY, Rodrigo Caramori. Direito constitucional tributário comparado: a tributação nas constituições do Brasil e de outros países. **Revista de Direito Tributário Atual.** v. 30. São Paulo: Dialética/IBDT, 2014, p. 351-385.

PETTERSSON, Maria Helena; ALMEIDA, Sérgio Barcelos Dutra de; SANTINI, Cinthia Cássia; COSTA, Fábio Moraes da. Valor justo (fair value measurements). In: ERNST & YOUNG, FIPEACFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade:** IFRS versus normas brasileiras. São Paulo: Atlas, 2010, p. 280-291.

PINTO, Alexandre Evaristo. A avaliação a valor justo e a disponibilidade econômica da renda. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alessandro Broedel (coords.). **Controvérsias jurídico-contábeis (aproximações e distanciamentos).** v. 6. São Paulo: Dialética, 2015, p. 13-46.

POLIZELLI, Victor Borges. A eficiência do sistema tributário – uma questão de busca da justiça com proteção da segurança jurídica. **Revista de Direito Tributário Atual.** v. 20. São Paulo: Dialética/IBDT, 2008, p. 253-271.

_____. As modificações contratuais no CPC 47 e IN RFB nº 1.771/2017. In: PINTO, Alexandre Evaristo; *et al* (org.) **Controvérsias jurídico-contábeis.** São Paulo: Atlas, 2020, p. 363-390.

_____. Balanço comercial e balanço fiscal: relações entre o Direito Contábil e o Direito Tributário e o modelo adotado pelo Brasil. **Revista de Direito Tributário Atual**. v. 24. São Paulo: Dialética/IBDT, 2010, p. 584-608.

_____. **O princípio da realização da renda**: reconhecimento de receitas e despesas para fins do IRPJ. Série Doutrina Tributária. v. VII. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

_____. **O princípio da realização da renda e sua aplicação no Imposto de Renda das pessoas jurídicas**. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de São Paulo – USP. 2009.

_____. O Princípio da renda líquida. In: ZILVETI, Fernando Aurélio; FAJERSZTAJN, Bruno; SILVEIRA, Rodrigo Maito da (coords.). **Direito Tributário**: princípio da realização no imposto sobre a renda – estudos em homenagem a Ricardo Mariz de Oliveira. São Paulo: IBDT, 2019, p. 33-72.

_____. Renda, realização, regime de caixa e de competência. In: DONIAK JR, Jimir. **Novo RIR**: aspectos jurídicos relevantes do regulamento do Imposto de Renda 2018. São Paulo: Quartier Latin, 2019, p. 104-146.

QUEIROZ, Luís Cesar Souza de. **Imposto sobre a renda**: requisitos para uma tributação constitucional. 3. ed. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2018.

QUEIROZ, Mary Elbe. **Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza**. Barueri: Manole, 2004, p. 37-38.

RAMANA, K. Why “fair value” is the rule. **Harvard Business Review**. 2013. Disponível em: <<https://hbr.org/2013/03/why-fair-value-is-the-rule>>. Acesso em: 22.08.2019.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de Direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ROCHA, Paulo Victor Vieira da. A competência da União para tributar a renda, nos termos do art. 43 do CTN. **Revista de Direito Tributário Atual**. v. 21. São Paulo: Dialética/IBDT, 2007, p. 292-316.

_____. **Substituição tributária e proporcionalidade**: entre capacidade contributiva e praticabilidade. Série Doutrina Tributária. v. VI. São Paulo: IBDT/Quartier Latin, 2012.

ROCHA, Sérgio André. Neutralidade tributária sob o RTT e seu alcance: o caso dos dividendos. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga e LOPES, Alexandro Broedel (coords.). **Controvérsias jurídico-contábeis (aproximações e distanciamentos)**. v. 4. São Paulo: Dialética, 2013, p. 298-312.

RUBINSTEIN, Flávio; VETTORI, Gustavo Gonçalves. Taxation of Investments in Bitcoins and Other Virtual Currencies: International Trends and the Brazilian Approach. **Derivatives & Financial Instruments**. v. 20, n. 3. Amsterdã: IBFD, 2018. Disponível em: <https://research.ibfd.org/#/doc?url=/collections/dfi/html/dfi_2018_03_br_1.html#dfi_2018_03_br_1_s_3_2>. Acesso em: 09.01.2020.

NETO, Luís Flávio. Criptomoedas e hipóteses de (não) realização da renda para fins tributários: o encontro de “inovações disruptivas” da economia digital com a “tradição” dos institutos jurídicos brasileiros. In: ZILVETI, Fernando Aurélio; FAJERSZTAJN, Bruno; SILVEIRA, Rodrigo Maito da (Coords.). **Direito Tributário: princípio da realização no imposto sobre a renda – estudos em homenagem a Ricardo Mariz de Oliveira**. São Paulo: IBDT, 2019, p. 444-461.

SANTOS, João Victor Guedes. **Teoria da tributação e tributação da renda nos mercados financeiro e de capitais**. Série Doutrina Tributária. v. VIII. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

SANTOS, Ramon Tomazela. A realização da renda no Direito Tributário brasileiro – reflexões à luz do direito comparado. In: ZILVETI, Fernando Aurélio; FAJERSZTAJN, Bruno; SILVEIRA, Rodrigo Maito da (coords.). **Direito Tributário: princípio da realização no imposto sobre a renda – estudos em homenagem a Ricardo Mariz de Oliveira**. São Paulo: IBDT, 2019, p. 212-241.

_____. O princípio da universalidade na tributação da renda: análise acerca da possibilidade de atribuição de tratamento jurídico-tributário distinto a determinados tipos de rendimentos auferidos pelas pessoas físicas. **Revista de Direito Tributário Atual**. v. 28. Dialética/IBDT: 2012, p. 264-294.

_____. **O regime de tributação dos lucros auferidos no exterior na Lei nº 12.973/2014**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

SCHENK, Deborah H. A Positive Account of the Realization Rule. **New York University Tax Law Review**. v. 355. Nova Iorque: NYU, 2004. Disponível em: <https://its.law.nyu.edu/faculty/profiles/representativeFiles/schenk%20-aposaccount_71FF421A-0C09-62BD-AA2F8CA9A8152045.pdf>. Acesso em: 16.09.2019.

_____. An Efficiency Approach to Reforming a Realization-Based Tax. **New York Tax Law Review**. v. 503. Nova Iorque: NYU, 2004. Disponível em: <https://its.law.nyu.edu/faculty/profiles/representativeFiles/schenk%20-anefficiencyapproach_7207F08B-AB70-5CF7-5CEA7713C2250A4C.pdf>. Acesso em: 14.01.2020.

SCHIZER, David M. Realization as Subsidy. **New York University Law Review**. v. 73. Nova Iorque: NYU, 1998. Disponível em: <<https://www.nyulawreview.org/issues/volume-73-number-5/realization-as-subsidy/>>. Acesso em: 12.01.2020.

SCHMALBECK, Richard; ZELENAK, Lawrence. **Federal Income Taxation**. Nova Iorque: Aspen Publishers, 2007.

SCHÖN, Wolfgang. International Accounting Standards – A “Starting Point” for a Common European Tax Base? **European Taxation**. v. 44, n. 10. Outubro, 2004. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=1603758>>. Acesso em: 23.08.2019.

SCHOUERI, Luís Eduardo; GALDINO, Guilherme. Dedutibilidade de despesas com atividades ilícitas. In: ADAMY, Pedro Augustin; NETO, Arthur M. Ferreira (coords.). **Tributação do ilícito: estudos em comemoração aos 25 anos do Instituto de Estudos Tributários – IET**. São Paulo: Malheiros, 2018, p. 148-214.

_____.; TERSI, Vinicius Feliciano. As inter-relações entre a contabilidade e o Direito: atender ao RTT significa obter neutralidade tributária? In **Controvérsias jurídico-contábeis (aproximações e distanciamentos)**, v. 2. São Paulo: Dialética: 2011, p. 107-150.

_____. Arm's Length: Beyond the Guidelines of the OECD. In: **Bulletin for International Taxation**. December 2015. Amsterdã: IBFD, 2015. Disponível em: <https://www.ibfd.org/IBFD-Products/Journal-Articles/Bulletin-for-International-Taxation/collections/bit/html/bit_2015_12_int_2.html>. Acesso em: 14.01.2020.

_____. Comentários ao artigo “Imposto sobre a renda: a aquisição da disponibilidade jurídica ou econômica como seu fato gerador. Limite de sua incidência.” Alcides Jorge Costa (autor). In: OLIVEIRA, Ricardo Mariz de; COSTA, Sérgio de Freitas (coords.). **Diálogos póstumos com Alcides Jorge Costa**. São Paulo: IBDT, 2017, p. 236-239.

_____. Considerações acerca da disponibilidade da renda: renda disponível é renda líquida. In: ZILVETI, Fernando Aurélio; FAJERSZTAJN, Bruno; SILVEIRA, Rodrigo Maito da (coords.). **Direito Tributário: princípio da realização no imposto sobre a renda – estudos em homenagem a Ricardo Mariz de Oliveira**. São Paulo: IBDT, 2019, p. 19-32.

_____. **Direito Tributário**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

_____. Discriminação de competências e competência residual. In: SCHOUERI, Luís Eduardo; ZILVETI, Fernando Aurelio (coords.). **Direito Tributário: estudos em homenagem a Brandão Machado**. São Paulo: Dialética, 1998, p. 82-115.

_____. **Distribuição disfarçada de lucros**. São Paulo: Dialética, 1996.

_____. Juros sobre o capital próprio: natureza jurídica e forma de apuração diante da “nova contabilidade”. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexandro Broedel (coords.). **Controvérsias jurídico-contábeis (aproximações e distanciamentos)**, v. 3. São Paulo: Dialética, 2012, p. 169-193.

_____. **Normas tributárias indutoras e intervenção econômica**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

_____. Nova contabilidade e tributação da propriedade: da propriedade à beneficial ownership. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (coords.). **Controvérsias jurídico-contábeis (aproximações e distanciamentos)**, v. 5. São Paulo: Dialética, 2014, p. 200-221.

_____. O mito do lucro real na passagem da disponibilidade jurídica para a disponibilidade econômica. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (coords.). **Controvérsias jurídico-contábeis (aproximações e distanciamentos)**. São Paulo: Dialética, 2010, p. 241-264.

_____. **Preços de transferência**. 3. ed. São Paulo: Dialética, 2013.

_____. Presunções jurídicas. Arm's Length e o conceito de custo para fins de preços de transferência. **Revista de Direito Tributário Atual**, v. 31. São Paulo: Dialética/IBDT, 2014, p. 96-116.

SELIGMAN, Edwin Robert Anderson. **Principles of Economics**. Nova Iorque: Longmann, Green & Co, 1909. Disponível em: < <https://hdl.handle.net/2027/hvd.hw9vgp> >. Acesso em: 27.04.2019.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. Atualizadores: Nagib Slaib Filho e Priscila Pereria Vasques Gomes. 31. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 1020.

SILVA, Fábio Pereira da; SANTOS, Ramon Tomazela. O reconhecimento de receitas e os contratos do tipo *bill-and-hold* à luz do pronunciamento técnico CPC nº 47. In: PINTO, Alexandre Evaristo; *et al.* (org.). **Controvérsias jurídico-contábeis**. São Paulo: Atlas, 2020, p. 107-128.

SILVEIRA, Rodrigo Maito. A realização da renda à luz do Código Tributário Nacional. In: ZILVETI, Fernando Aurélio; FAJERSZTAJN, Bruno; SILVEIRA, Rodrigo Maito da (coords.). **Direito Tributário: princípio da realização no imposto sobre a renda – estudos em homenagem a Ricardo Mariz de Oliveira**. São Paulo: IBDT, 2019, p. 93-106.

SIMON, James. **The Relationship Between Accounting and Taxation**. University of Exeter, Paper n. 02/09, Exeter: University of Exeter, 2009. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/12824388.pdf>>. Acesso em: 25.08.2019.

SIMONS, Henry C. **Personal income taxation: the definition of income as a problem of fiscal policy**. Chicago: The University of Chicago Press, 1955.

SOLOMONS, David. Economic and accounting concepts of income. **The Accounting Review**. v. 36, n. 3, p. 374-383.

SOUSA, Rubens Gomes de. A evolução do conceito de rendimento tributável. **Revista de Direito Público**. v. 14. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1970, p. 339-346.

_____. **Compêndio de Legislação Tributária**. Rio de Janeiro: Edições financeiras, 1964.

TAVARES, Tomás Cantista. **IRC e contabilidade: da realização ao justo valor**. Coimbra: Almedina, 2011.

TERSI, Vinicius Feliciano. **A fixação da base de cálculo do IRPJ e da CSL a partir do padrão IFRS**. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de São Paulo – USP. 2016.

TESAURO, Francesco. **Instituzioni di Diritto Tributario: parte speciale**. 8. ed. Torino: UTET Giuridica, 2008.

THEOPHILO, Frederico de Moura. **Imposto de Renda: estudos**. v. 12. São Paulo: Resenha Tributária, 1990.

THURONYI, Victor. The Concept of Income. In: MCCOUCH, Grayson M.; BURKE, Karen C.; CARON, Paul L. **Federal Income Tax Anthology**. Nova Iorque/EUA: LexisNexis, 1997, p. 107-111.

TILBERY, Henry. **A tributação dos ganhos de capital**. São Paulo: Resenha Tributária/IBDT, 1977.

_____. Arts. 43 a 45 (IR). In: MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord.). **Comentários ao Código Tributário Nacional**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 335-394.

TIPKE, Klaus; YAMASHITA, Douglas. **Justiça fiscal e princípio da capacidade contributiva**. São Paulo: Malheiros, 2002.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. 14. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

_____. Interpretação e aplicação da lei tributária. In: MACHADO, Hugo de Brito (coord.). **Interpretação e aplicação da lei tributária**. São Paulo: Dialética, 2010, p. 333-355.

VELLOSO, Andrei Pitten. **Conceitos e competências tributárias**. São Paulo: Dialética, 2005.

WATTS, Ross L. Conservatism in Accounting - Part I: Explanations and Implications. **Simon Business School Working Paper No. FR 03-16**. Rochester/EUA: University of Rochester, 2003. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=414522>>. Acesso em: 21.05.2019.

XI Jornadas Latinoamericanas de Derecho Tributario, 1983, Rio de Janeiro. Adquisición de la disponibilidad jurídica y económica como hecho generador. Límites de su incidência. ILADT, 1983. Disponível em: <<http://www.iladt.org/FrontEnd/ResolutionDetailPage.aspx>>. Acesso em: 28.12.2019.

YAMASHITA, Douglas. **Direito Tributário: uma visão sistemática**. São Paulo: Atlas, 2014.

ZEGHAL, Daniel. The Impact of IFRS Adoption on Accounting Conservatism in the European Union. **International Journal of Accounting and Financial Reporting**. v. 6, n. 1. Las Vegas/EUA: Macrothink Institute, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/303909127_The_Impact_of_IFRS_Adoption_on_Accounting_Conservatism_in_the_European_Union>. Acesso em: 21.05.2019.

ZILVETI, Fernando Aurelio. Imposto de Renda: indagações acerca do nascimento do tributo no Reino Unido. In: OLIVEIRA, Ricardo Mariz; SCHOUERI, Luís Eduardo; ZILVETI, Fernando Aurelio. **Revista de Direito Tributário Atual**. v. 29. São Paulo: Dialética/IBDT. 2013. p. 166-180.

_____. O ISS e o arrendamento mercantil: a posição atual do STF. **Revista de Direito Tributário Atual**. v. 25. São Paulo: Dialética/IBDT, 2011, p. 70-82.

_____. O princípio da realização da renda. In: SCHOUERI, Luís Eduardo (coord.). **Direito Tributário. Homenagem a Alcides Jorge Costa**. v. I. São Paulo: Quartier Latin, 2003, p. 298-329.

_____. **Princípios de Direito Tributário e a capacidade contributiva**. Quartier Latin, 2004.

_____. Simplicius simplicissimus: os limites da praticabilidade diante do princípio da capacidade contributiva. **Revista de Direito Tributário Atual**. v. 22. São Paulo: Dialética/IBDT, 2008, p. 179-192.

ZORONOA PÉREZ, Juan José; BAÉZ MORENO, Andrés. Modelos Comparados de Relación entre Normas Contables y Normas Fiscales em la Imposición sobre el Benefício de Las Empresas. In: PIZA RODRIGUEZ, Julio Roberto; SARMIENTO PÉREZ, Pedro. **El Impuesto sobre la Renta y Complementarios: Consideraciones Teóricas y Prácticas**, 2. ed. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2011, p. 446-447.